

Relator da ONU para a alimentação pede congelamento dos biocombustíveis

CRIME CONTRA A HUMANIDADE

O relator especial das Nações Unidas para o direito à alimentação, Olivier de Schutter, pediu, diante do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, o congelamento dos [investimentos](#) e dos subsídios a favor da produção de biocombustíveis.

Tal decisão enviaria "um sinal forte" aos mercados e travaria a especulação sobre os produtos alimentares, argumentou Schutter diante do Conselho, reunido em sessão extraordinária em Genebra para analisar as consequências que tem sobre os direitos humanos a crise alimentar mundial.

Schutter sucedeu no início deste mês ao precedente relator para o direito à alimentação, o suíço Jean Ziegler, que havia qualificado a política a favor dos biocombustíveis como um "crime contra a humanidade".

O [novo](#) relator também considerou os biocombustíveis como "um factor de peso" que contribui para o aumento dos preços dos alimentos.

Cem milhões de hectares seriam necessários para produzir 5 por cento dos combustíveis em 2015, e "isso é simplesmente insuportável", declarou Schutter. Ele qualificou de "surrealistas" os objectivos dos Estados Unidos de 136 mil milhões de litros de biocombustíveis para 2022, e da União Europeia de 10 por cento de biocombustíveis para os transportes em 2020.

"Ao abandonar esses objectivos, enviaríamos aos mercados um sinal forte de que o preço dos produtos alimentares não vai subir para sempre, desestimulando assim a especulação", sustentou.

Como já se assinalou, a actual política dos países mais ricos para a produção dos biocombustíveis, é um dos mais graves «crimes contra a humanidade».

AFP